

## Fernanda Medeiros e Poliana Arantes entrevistam Sandra Regina Goulart Almeida, reitora da UFMG

Quando pensamos em quem entrevistar para este número aberto da MATRAGA, sabíamos que teria de ser alguém intimamente envolvido com as questões urgentes do país e com os enormes desafios impostos à universidade pública. Poliana Arantes logo sugeriu o nome de SANDRA REGINA GOULART ALMEIDA, Reitora da Universidade Federal de Minas Gerais (2018-2022) e professora titular de estudos literários da mesma instituição, e a ideia me pareceu perfeita. *Touché*. Sandra, que foi vice-reitora da UFMG de 2014 a 2018, é a terceira reitora da universidade e uma das menos de vinte reitoras mulheres dentre os atuais gestores e gestoras das 63 universidades federais no Brasil. Sua atuação acadêmica e institucional sempre foi pautada por um olhar comprometido com questões contemporâneas, refletidas nos seus temas preferenciais de pesquisa: literatura contemporânea, literatura pós-colonial, tradução cultural, literatura produzida por mulheres, crítica literária feminista, estudos da diáspora e do espaço na literatura. Na conversa que tivemos com ela em 9/12/19, por telefone, e que segue transcrita, fica claro seu engajamento intenso com a vida universitária, seja como gestora, seja como pesquisadora, seja por meio do compromisso com a visibilidade das mulheres. Além do mais, escutar Sandra é uma espécie de alento, tamanhas a sua disposição e perseverança para lidar com os enormes desafios à educação, à cultura e às artes impostos nestes tempos em que vivemos.

**Revista Matraca | Como você vê a relação entre vida acadêmica e atuação política hoje? A partir de sua área específica, as literaturas de língua inglesa, como essa relação se modula? Suas pesquisas sobre literatura contemporânea abordando temas como diáspora, relações de gênero, nacionalidade e identidade, de que forma te orientam ou te constroem como gestora?**

Não há como separar a pessoa, a professora, que atua numa área acadêmica, da gestora, que tem uma atuação que é política. Eu não consigo; eu digo sempre que eu SOU professora de literaturas de língua inglesa, de literatura comparada, e ESTOU reitora da UFMG. E não resta a menor dúvida de que todo o trabalho que eu fiz ao longo dos anos, com a linguagem, com a teoria da literatura, a crítica literária, a crítica feminista, mais recentemente com a questão da diáspora, isso orienta meu olhar, não tenho como negar. Enquanto fui vice-reitora [2014-2018] e, agora, em nossa gestão, não é à toa que nós trabalhamos muito com a questão da diversidade, com o conceito de público, e com o tema da inclusão. Então, por exemplo, nós temos uma resolução sobre direitos humanos<sup>1</sup> estabelecida pelo Conselho Universitário, temos uma resolução contra o trote ofensivo, temos uma rede de garantia dos direitos humanos, temos trabalhado as questões de gênero e raça também, e das intercessões. Estas são coisas que temos tratado aqui na gestão porque vêm de um olhar de uma pessoa que lida com esses problemas, que está sempre atenta a esses problemas. Claro que de uma perspectiva diferente. Aqui nós trabalhamos com a questão da gestão de uma universidade que é diversa. Nós temos sempre que nos pautar pelo diálogo, que também é parte da minha reflexão no campo da literatura. Eu digo sempre, nós somos diferentes, a universidade é diversa, tem que ser diversa, e tem grande parte da sua força nessa diversidade. Nós temos que respeitar essa diversidade e criar canais convergentes para que possamos dialogar e pensar na missão da nossa universidade neste momento. Então, como gestora, não há como eu me desvincular da minha trajetória, da reflexão teórica que eu faço. Um outro exemplo, além da resolução acerca dos direitos humanos, é que nós fizemos também uma resolução para os refugiados. São questões com as quais eu trabalho e que são caras a todos nós.

---

1 <https://ufmg.br/a-universidade/gestao/direitos-humanos>: Neste link, tem-se acesso à página da Gestão 2018-2022 da UFMG em que se encontra a resolução do Conselho Universitário quanto à criação de um instrumento legal disposto sobre a violação dos direitos humanos e determinando a erradicação de atos discriminatórios, de qualquer natureza, no âmbito da universidade.

**Revista Matraga | No seu último livro, *Cartografias contemporâneas* (Sete Letras, 2015), você enfatiza muito a importância dos espaços, dos mapas, que são geográficos, mas também emocionais e históricos. Em um contexto nacional, como você mapeia o lugar da UFMG hoje, considerando a importância que ela vem ganhando com o passar do tempo?**

A UFMG é uma universidade grande, tem tido um espaço muito importante no cenário nacional, fruto de algo muito típico da UFMG e que nós não encontramos muito em outras instituições, pelo que eu pude ver. É uma instituição sólida e muito comprometida, e os gestores têm esse comprometimento muito claro, a universidade vem em primeiro lugar, tanto é que foi a única universidade nesse momento de crise, no início do ano, quando nós tivemos vários cortes, começando com aquele bloqueio orçamentário, foi a única universidade cujos ex-reitores e ex-reitoras fizeram um documento de apoio à universidade. Nenhuma universidade no Brasil fez isso, e isso faz parte dessa tradição, desse comprometimento institucional. É uma universidade séria, comprometida com os valores éticos, comprometida com a educação pública. Ela tem também a solidez de estar localizada, ancorada, no regional, e ela tem um impacto muito importante na cidade de Belo Horizonte e no estado de Minas Gerais, e penso sempre também no impacto das universidades para o nosso país; nós somos um patrimônio do nosso país, do nosso estado, e como patrimônio, nós temos o compromisso de atender os interesses e as demandas que estão colocados pela nossa sociedade.

**Revista Matraga | Como é seu dia-a-dia de trabalho? Quais são suas atividades? Como seu tempo se divide -- entre leitura de documentos, reuniões, planejamento, etc?**

Tem de tudo, praticamente! Tem um dia-a-dia que é muito pesado, tem o lado de você estar atenta, ouvindo a comunidade, que não é fácil, porque a agenda é muito carregada, mas isso faz parte do papel do gestor, ouvir, e ouvir inclusive coisas que você não gostaria, ouvir críticas, e a gente tem que estar aberto para ouvir essas críticas para poder trabalhar com a comunidade. Mas o que eu de fato mais gosto é de pensar em políticas que são relevantes para a nossa comunidade, seja na área do ensino, da pesquisa ou da extensão. Acho que esse é o papel do gestor hoje, pensar como nós podemos fazer diferente, como nós podemos pensar o futuro, como nós podemos criar um ambiente acadêmico que seja um

ambiente de diálogo, de potencialidade, como podemos construir juntos a sociedade na qual nós acreditamos -- uma sociedade mais equânime, com pessoas que possam ter orgulho de participar da construção deste país. Então isso é importante, a gente tem de construir essas políticas juntos, ainda mais em um momento tão difícil da vida nacional, em que as pessoas estão muito polarizadas, com posições muito rígidas, com pouca flexibilidade, com pouco diálogo e pouca tolerância. Nós temos que pensar no papel da universidade, de produção de conhecimento de qualidade, mas também em interação com outros saberes. Nós não vivemos isolados na nossa sociedade, há outros tipos de saberes sendo produzidos em toda parte, e a universidade tem que dialogar com esses outros saberes, novos ou tradicionais. Temos que criar condições para que isso seja feito. Nós precisamos também pensar como podemos trabalhar outras áreas além do ensino, da pesquisa e da extensão, nesse contato com a sociedade. Algo que nós fizemos também – eu dei alguns exemplos na resposta anterior e agora retomo –, foi criar, desde a gestão passada, as formações transversais, o que faz parte dessa tentativa de estabelecer diálogo com várias áreas de conhecimento. São cursos que são oferecidos para quem quiser fazer, não são ligados a nenhum instituto específico, são cursos ligados a saberes transdisciplinares, como por exemplo, a formação transversal em Saberes Tradicionais, em Relações Étnico-Raciais, em Direitos Humanos, em Gênero e Sexualidade, Acessibilidade e Inclusão. Temos agora o de divulgação científica, temos de relações internacionais, que vai trabalhar essa questão dos refugiados, temos o de culturas e movimentos dialógicos... São voltados para os alunos de graduação, oferecidos para todos os cursos. Esse é um exemplo das várias formas que temos de pensar a nossa instituição neste momento.

**Revista Matraga | O que é ser gestora de uma universidade pública em tempos de cortes de verbas e ataques à educação e à pesquisa? Em que medida ser mulher-gestora interfere nesse quadro?**

Esta é uma pergunta difícil porque nós sabemos que hoje as mulheres que entram na UFMG já são a maioria, 54 por cento são mulheres. Mas nós sabemos também que essas mulheres não estão distribuídas igualmente nas várias áreas de conhecimento. Há uma predominância das mulheres na área de humanas e na área de saúde e biológicas, mas há uma ausência muito gritante nas áreas de exatas e engenharias, em especial. E isso é muito ruim. O nosso grande desafio é trabalhar para que haja uma

equidade de gênero em todas as áreas e para que as mulheres se sintam confortáveis em qualquer campo do conhecimento. E da mesma forma que elas não estão igualmente distribuídas, nós sabemos que à medida que nós subimos na pirâmide acadêmica, o número de mulheres diminui. Não é diferente o caso de ser reitora. A UFMG tem 92 anos e eu sou apenas a terceira mulher a ser reitora da universidade [as outras duas foram Vanessa Guimarães Pinto, entre 1990 e 1994, e Ana Lucia Gazzola, de 2002 a 2006], e olha que a UFMG já inovou nesse sentido; a UFRJ agora está tendo sua primeira reitora. Então nós ainda somos poucas. No universo das universidades federais, que são 63 no total, nós somos 17 ou 19 reitoras. Somos poucas. E, claro, estando nesse lugar a gente enfrenta muitas questões que nos preocupam, como a questão da invisibilidade, questões que os gêneros trazem consigo mesmos, questões da nossa sociedade que se tornam presentes, de maneira muito relacional. Então, eu procuro dar visibilidade a esse meu lugar de reitora. E por que é importante dar visibilidade? Porque de alguma forma nós servimos de modelo para muitas meninas que não pensariam, por exemplo, que esse lugar da gestão das universidades é igualmente frequentado por mulheres bem como por homens. Eu procuro, sempre que sou convidada, falar sobre esse espaço que ocupo, procuro sempre estar atenta e dar espaço para as mulheres, não apenas na minha gestão, mas em qualquer outra atividade que eu vá preparar. Por exemplo, estamos trabalhando agora numa Conferência das Humanidades, então para mim é imprescindível que nós tenhamos representatividade de gênero de igual forma. Essas ações são ações políticas que posso fazer do lugar onde estou, lugar que me permite fazer essa intervenção. Mas o motivo que me faz achar a pergunta difícil é que eu havia dito que como professora, na Faculdade de Letras, onde há muitas mulheres, eu nunca tinha sentido muitas das discriminações que eu sinto sendo gestora. Isso é muito claro. Seja através dessa invisibilidade sobre a qual nós falamos, seja com relação ao espaço ocupado nesse contexto. Então eu procuro atuar nesse sentido. As coisas tem mudado aos poucos, mas a gente ainda se depara com preconceitos que a gente não esperava, e isso para mim é muito desconfortável, especialmente vindo da área que venho. Por isso eu procuro ter uma atitude bastante atuante nesse sentido, quer seja quando eu percebo que há qualquer tipo de discriminação em relação a mim ou a qualquer outra gestora ou a algum membro da minha equipe, ou fazendo esse papel de abrir espaço, de dar visibilidade, de falar sempre que eu posso. Eu falei na minha posse de um poema da Adélia

Prado de que gosto muito, “Com licença poética”, que fala de fundar reinos e que “mulher é desdobrável / eu sou”. Eu acho que se trata muito disso, de entender esse local como de potencial para a mulher, como qualquer outro espaço.

### **Revista Matraga | Você se preocupou em fazer uma equipe mais feminina, ou não foi o caso?**

Depende do que você chama de “mais feminina”. Eu não gosto desse adjetivo. Acho que esse adjetivo é complicado para o Brasil, sabe? Sinto o mesmo incômodo quando se fala de “literatura feminina”, porque “feminino” é sempre ligado a um padrão de comportamento e sempre se contrapõe a “feminista”. Algo que me incomoda terrivelmente é alguém dizer “ser feminina e não feminista”; simplesmente já mostra um estereótipo, uma tendência. Eu sou feminista, sim, tenho orgulho de ser vista dessa maneira, sempre construí minha trajetória no sentido de ser feminista. Ser feminista é ser uma mulher que defende a igualdade de gêneros, que faz uma reflexão sobre a condição das mulheres, que sabe que muito já foi feito mas que ainda temos muito que avançar e que por isso é importante que nós assumamos esse lugar de feministas. Sou feminista, sim, e sempre falo dessa forma, como uma mulher feminista que tem uma teorização sobre esse assunto. Como eu disse, não há como eu separar a Sandra gestora da Sandra que é uma pesquisadora dessa área. Então eu defendo sim, defendo uma postura que seja política. O pessoal é político, já dizia a teoria há muito tempo atrás. Então essa é a minha visão. Eu não gosto de estereótipos. Todo mundo fala em “ideologia de gênero”, que é um termo que não existe; nós, teóricos, não reconhecemos esse termo. Por que não existe? Porque ninguém trabalha a partir do gênero. Trabalhar a partir do gênero é forçar a duplicidade, é dizer que homem tem que se comportar de uma forma, que mulher tem que se comportar de outra forma. A gente trabalha contra o gênero, para que a gente não tenha que responder por estereótipos. Por isso eu não gosto do termo “feminino”; gestão “feminina” para mim não existe. Existe a gestão que eu faço como indivíduo e essa gestão é marcada pelo meu lugar de fala, que é o lugar de uma mulher que trabalha nessa área específica das questões de gênero. A ideia de “feminino”, por exemplo, “o gabinete da mulher é mais feminino”, “a mulher é mais compreensiva”, isso não nos ajuda em nenhum aspecto. Eu sempre digo, como fiz agora na palestra que dei no evento “Mulher na literatura”, falei muito sobre isso, são duas questões que nos incomodam muito quando a gente pensa no

lugar das mulheres. Primeiro, é a falácia da diferença sexual, da diferença entre os gêneros, isso não leva a lugar nenhum. Dizer que a mulher escreve diferente do homem não nos leva a lugar nenhum. Dizer, por exemplo, que como gestora eu atuo diferentemente de um homem, também não me leva a lugar nenhum. Só serve para reforçar estereótipos, de que a mulher age desse jeito, trabalha desse jeito, escreve desse jeito, e o homem de outra forma. Por que uma mulher não pode escrever, digamos, de uma maneira dita masculina? Ou um homem não pode agir de uma maneira dita feminina? Eu sou contra qualquer tipo de estereótipo, por isso eu não faço essa diferenciação, não acho bom fazer essa diferenciação, isso só cria mais divisões, e nesse sentido eu concordo com a Teresa de Lauretis, que fala sobre isso, que criar essas diferenças entre os gêneros, entre os sexos, só reforça os estereótipos e só reforça algo que nós queremos quebrar. Eu gosto sempre de dizer que eu trabalho da forma que sei trabalhar, sempre abrindo espaço pelo meu lugar de fala, que é o lugar de fala de onde eu venho, uma professora, da área de literatura, que trabalha com a linguagem, que acredita que as coisas tem que ser ditas, mas ditas de maneira bastante crítica. E mesmo não tendo como eu separar a minha maneira de ser como gestora de quem eu de fato sou, eu procuro sempre não reforçar nenhum estereótipo que tenha a ver com uma visão masculina ou feminina de fazer gestão, ou de uma maneira masculina ou feminina de falar. O outro ponto que eu menciono sempre é que nós temos que estar atentas às diferenças entre nós, às distâncias entre nós. São várias mulheres, de várias regiões do país. A minha experiência como gestora, de uma mulher branca que eu sou, é diferente da visão da Joana [Joana Angélica Guimarães da Luz], uma grande amiga, que é da Universidade Federal do Sul da Bahia e que é negra, e que é a primeira reitora negra da universidade. Nós já tivemos outra, tivemos a Nilma [Nilma Lino Gomes], nossa primeira reitora negra, que era da Unilab [Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira], e a experiência delas como gestoras também é informada por esse lugar de fala e é diferente da minha. Eu não vivi o racismo que elas viveram, eu não tenho que lidar no meu dia-a-dia com o racismo da maneira como elas têm.

### **Revista Matruga | Você se preocupou em formar uma equipe com mais mulheres?**

Esse meu espaço é um espaço de fala e de comprometimento, e é político, é o espaço que eu ocupo. E eu vou sempre abrir espaço para

a visibilidade das mulheres, quer seja na gestão -- eu fiz questão de ter muitas mulheres na gestão --, quer seja em eventos que eu organize. Nós precisamos dar visibilidade nesse sentido.

**Revista Matruga | Podemos falar de um empobrecimento da palavra no tempo em que vivemos, ou isso ainda é pouco? Ou não é o caso? O que a universidade pública pode fazer a respeito disso, como pode trabalhar em prol da revitalização da palavra no espaço público? Ou, se não uma revitalização, uma vitalização permanente?**

Vamos à questão do empobrecimento da palavra. Bom, primeiro: eu não gosto de generalizar; por um lado sim, o que a gente tem vivido, mas eu nem sei se o melhor termo é o empobrecimento da palavra. Eu sei que algumas pessoas tem usado esse termo, mas eu não sei se eu gosto muito disso. Eu acho que essa é uma forma superficial de lidar com a linguagem. Isso a gente tem visto. Eu não acho que as causas sejam sociais, eu acho que é a consequência de um pensamento raso, superficial e que usa isso pra defender uma pauta. Ao mesmo tempo que nós temos isso, nós temos o contrário. A gente não pode simplesmente generalizar, nós temos o contrário: nós temos muita coisa boa sendo descrita, nós temos muita reflexão crítica sendo produzida, nós temos muita literatura muito boa sendo produzida. Então eu não gosto de falar desse empobrecimento; eu acho que não nos leva a lugar nenhum ficar batendo nisso. Eu acho que nós temos que fazer o movimento contrário. Primeiro: como universidade, eu tenho feito aqui o lugar do pensamento crítico, isso é algo do qual eu não abro mão e tenho falado muito: aqui é o lugar do livre pensamento, da liberdade de cátedra, da liberdade de pensamento crítico. Esse é o espaço da universidade. E da mesma forma, a linguagem é esse lugar crítico, o pensamento parte dessa reflexão da linguagem, essa linguagem tem sempre que ser crítica. Temos ficado muito nessa polarização sobre a qual eu falei, as pessoas tem pensado muito no que as divide, mas muito pouco no que as poderia unir, como diria o geógrafo Milton Santos. Eu gosto muito de um artigo da Eliane Brum em que ela fala sobre isso, argumentando que nós temos que pensar numa criação comum que começa pela linguagem. Ela diz que é preciso voltar a encarnar as palavras. Eu gosto muito dessa reflexão que ela faz. A gente tem que manter essa ideia do que é comum; é claro que nós temos diferenças, mesmo se você fala das mulheres -- acabei de mencionar que podemos ser muito diferentes, dependendo da classe social, da etnia, da raça, da idade, do envolvimento

acadêmico --, é claro que somos diferentes, mas tem algo que nos une, e temos que procurar por isso. E o que nos une cada vez mais é esse dado crítico da linguagem, que é uma maneira de ver o mundo também. Isso tem que ser preservado. Algo que está faltando também, e está faltando no dia-a-dia, e que as universidades, a UFMG e a literatura em especial têm um potencial de mudar, é fazer com que nós enxerguemos o outro. O outro, a outra, aquele que é diferente da gente, que pensa diferente da gente, mas com o qual temos que dialogar. Isso é antigo, não é? É o dialogismo de Bakhtin, ser capaz de dialogar e construir algo pelo diálogo. As pessoas hoje estão muito ávidas por falar; falam muito nas redes sociais, mas não estão querendo muito ouvir. Eu tenho sempre pautado isso, que tem a ver também com a minha reflexão teórica. A [Gayatri] Spivak fala sobre isso, quando pergunta “O subalterno pode falar?” “Não, não pode falar”, responde. Mas por que não pode falar? E ela desenvolve o argumento dela discutindo que o problema não é que ele não possa falar, mas que a questão é: quem escuta o subalterno? Nós não ouvimos o subalterno. Temos uma dificuldade muito grande de ouvir. E ela diz isso, que se ele não fala, temos que criar espaços para que ele possa falar, e quando ele falar nós possamos escutar. Isso ela escreveu em 1985, já se passaram muitos anos e nós continuamos a discutir sobre isso, e é difícil mudar. Todos querem falar, mas há pouco espaço para o diálogo, há pouco espaço para a escuta, há pouco espaço para essa criação comum que é tão importante, tanto na universidade, quanto na literatura, quanto no nosso cotidiano.

**Revista Matraca | Sandra, estou te escutando e achando você incrivelmente otimista. Você não fez nenhuma reclamação até agora sobre este momento louco que estamos vivendo (risos).**

Eu não posso ser pessimista. Ocupando o lugar que eu ocupo, eu não posso ser pessimista. Claro que há dias em que você fica para baixo, mesmo, não resta dúvida. Uma coisa que me incomoda muito são os ataques às universidades públicas. É claro que isso é intencional, não vou ser ingênua, pensar que são pessoas que não entendem a universidade, que não sabem o que fazemos nas universidades. Sabem sim, sabem, e os ataques muitas vezes são intencionais. E isso me incomoda, sim. Mas eu digo isso para mim e para a minha comunidade, não posso ser pessimista, mesmo porque eu acredito na universidade. Se há um espaço que pode fazer diferença no nosso país, e talvez seja por isso que está sendo atacado, é a universidade. Porque aqui temos pessoas diferentes, temos

pessoas de esquerda, de direita, do centro, tem todo mundo aqui. Mas esse aqui é um espaço para a gente pensar na nossa sociedade, para ter um pensamento crítico, para construir conjuntamente. Hoje mesmo nós vamos abrir uma conferência espetacular, a II Conferência das Humanidades. Nós já havíamos feito uma em 2016 e estamos fazendo um segundo evento. Vamos discutir sustentabilidade, bem estar e direitos humanos. Veja que coisa maravilhosa, quantas áreas de conhecimento nós temos nas Humanidades. É uma iniciativa da UFMG junto com a UNESCO e com a Associação de Universidades do Grupo de Montevidéu (AUGM), que é um grupo de universidades públicas da América Latina. Abrir esse evento é, para mim, um ato de resistência, resistência no sentido bem positivo do termo. Eu gosto muito de citar Darcy Ribeiro, grande pensador das universidades públicas, entusiasta da universidade. Ele diz que só tem duas opções na vida: ou se resignar ou se indignar. Ele diz que não vai se resignar nunca, vai se indignar. Acho que é isso que tenho procurado fazer aqui na UFMG. Se você se indigna, algo não está te fazendo bem. Indignar-se é pedir dignidade, e isso a gente tem feito. Neste lugar em que eu estou, neste momento em que estamos, temos que ser essa força, temos que mover nossa comunidade. Não é o momento de deprimir, não é o momento de ficar pessimista. É um momento de luta, de construção de narrativas, e isso vem muito da minha área também. Nós vivemos um momento de construção de narrativas, há um debate que se passa no campo da construção de narrativas. Uma construção de narrativa faz o quê, diz o quê? Tenta atacar a universidade pelo que a gente representa em termos de reflexão de mundo. E tenta atacar de duas maneiras, no campo material, através do corte do financiamento, e no campo simbólico -- este é o que mais nos afeta, pois tenta destruir a legitimidade que a universidade tem, tenta questionar o papel da universidade. É o que a gente tem visto, e nós temos que reagir, para o bem do país. De novo trazendo Darcy Ribeiro, não há como construir um país sem universidades. E nós temos que construir a universidade que nós queremos para o país que nós queremos. Recentemente, traduzi um livro junto com Vanderlei Zacchi, Professor da Universidade Federal de Sergipe, que consiste em um diálogo entre Judith Butler e Gayatri Spivak, intitulado *Quem canta o Estado-nação? - Língua, política e pertencimento* [Editora UnB, 2018; ganhador de menção honrosa da ABEU]. Essa pergunta, “Quem canta a nação?”, é, na verdade, “Quem tem o direito à cidadania?” Butler e Spivak partem do exemplo dos Estados Unidos, onde o hino não podia ser cantado em espanhol,

de acordo com o Bush. Então, a pergunta é “Em qual língua nós vamos cantar a nação?”, “Em qual língua vamos lidar com a nacionalidade?” Gosto muito desse livro e dessa pergunta, e gosto da ideia da conversa, da entrevista, que, aliás, ganha cada vez mais força como gênero literário.

**Obrigada, Sandra, pela oportunidade da conversa!**